



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NOTA TÉCNICA

EFEITOS DA CRISE DESENCADEADA PELO NOVO
CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NA ATIVIDADE
ECONÔMICA E NA
CAPACIDADE FINANCEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA



NOTA TÉCNICA

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria-Geral de Controle Externo emite a presente nota técnica que envolve considerações e conjecturas acerca dos efeitos decorrentes da crise desencadeada pelo novo coronavírus, com relação aos impactos na atividade econômica e consequente capacidade financeira do estado de Rondônia, e que enseja ações de controle por parte do Tribunal de Contas.

2. Esta nota é apresentada a partir de uma análise das crises pós-2008, que buscou identificar um padrão de comportamento da economia e a resposta em termos de arrecadação. O intuito, com isso, é extrair alguma lição no que diz respeito às finanças estaduais.

3. Com efeito, esta nota não pretende prever a receita do estado, mas apenas contribuir com a discussão acerca dos riscos concernentes às finanças estaduais, em virtude de quedas bruscas na arrecadação.

4. Como limitação da análise realizada, cita-se que não foi possível construir as séries históricas comparativas¹.

2. PREMISSAS DA ANÁLISE

5. São três os eventos de crise que o país experimenta a partir de 2008: (1) a crise financeira internacional, no segundo mandato do ex-presidente Lula; (2) a recessão econômica brasileira de 2014-16, decorrente da falência da Nova Matriz Econômica colocada em prática nos anos do governo Dilma; e (3) a greve dos caminhoneiros em 2018, já sob o comando de Michel Temer.

6. Estas crises podem sinalizar para os canais de transmissão que a atual crise oriunda do Covid-19 pode se dar.

7. A crise internacional de 2008 é similar ao de um grande e negativo choque externo, que diz respeito ao efeito de contágio econômico dado pela redução da atividade global².

¹ Não foi possível encontrar dados sobre a receita antes de 2011 no Portal da Transparência do Governo do Estado de Rondônia.

² Nesse sentido, o que mais preocupa é a queda da demanda mundial em relação a soja e carne, fundamentais na pauta de exportações do estado.



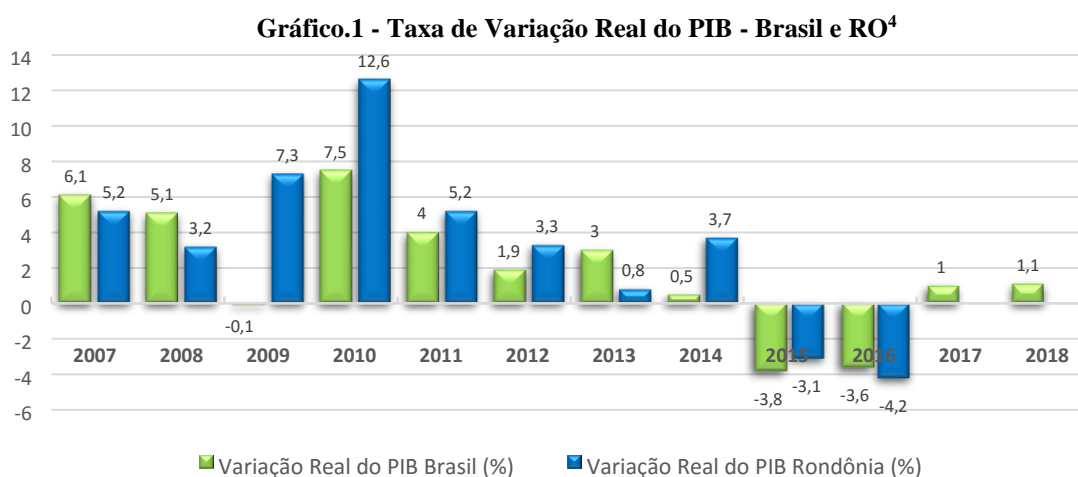
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

8. Já a greve dos caminhoneiros pode servir de proxy para os efeitos de propagação doméstica da crise, estritamente. O aspecto mais grave desta crise é que ela opera por meio de ambos os canais.

3. COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DE RONDÔNIA A PARTIR DE 2008

9. O gráfico 1, abaixo, mostra o comportamento da economia brasileira e de Rondônia desde 2008³.



10. Em retrospectiva, parece ironia que as palavras do ex-presidente Lula de que “a crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será uma marolinha” se mostraram verdadeiras. Na ocasião, o PIB brasileiro recuou apenas 0,1% em 2009 e cresceu 7,5% em 2010, sendo o primeiro país do mundo a sair da crise. A economia mundial contraiu 0,6% em 2009, devido à crise de 2008.

11. A partir de 2011, a presidente Dilma Rousseff implementa o que ficou conhecido como a Nova Matriz Macroeconômica, com inspiração no dirigismo econômico do período militar, sobretudo do governo Geisel. Tais medidas combinaram uma política monetária frouxa com a redução da taxa de juros “na força”, além de uma política fiscal com elevação de gastos públicos, concessões de subsídios a juros subsidiados pelo BNDES – a chamada política dos campeões nacionais - e intervenção nos preços.

³ Há uma defasagem de dois anos para a publicação oficial do PIB em Rondônia, razão pela qual ainda não estão disponíveis os dados de 2017 e 2018, e, considerando que o cálculo da taxa de variação real é realizado pelo IBGE a partir de uma metodologia própria, qualquer tentativa de calculá-la a partir de dados estimados, apresenta uma grande possibilidade de erro. Isto já foi objeto de recomendação no âmbito das Contas de Governo, ou seja, de que o Estado passasse a fazer as estimativas.

⁴ Elaborado por Jane Rosiclei Pinheiro (auditora de controle externo do TCE/RO).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

12. Ajudada pela alta dos preços das *commodities*, a economia brasileira cresce 4% em 2011, mas começa a declinar o seu ritmo de crescimento a partir de 2012 (1,9%) e 2013 (3%).
13. Em 2014, a política econômica do governo Dilma entra em falência e mergulha o país numa recessão aguda em 2015-16 (queda acumulada de 8,2%), após crescimento próximo de zero em 2014 (0,5%), fato jamais visto desde o início da série histórica, em 1901.
14. O conjunto de políticas heterodoxas resultou em inflação, acentuou a piora fiscal e abalou a confiança, sem a contrapartida da alta dos investimentos, dos empregos e da sustentação do ritmo do PIB, o que acabou gerando a crise político-econômica que desencadeou no *impeachment* da presidente em 2016, após parecer pela reprovação das contas por parte do Tribunal de Contas da União.
15. O Brasil passa a conviver, então, com taxas de crescimento próximas de 1% nos dois anos do governo de Michel Temer (2017 e 2018), com o agravante da greve dos caminhoneiros em 2018, com início em 21 de maio e término oficial em 30 de maio (dez dias de duração). Houve paralisação e bloqueios de rodovias em 24 estados e no Distrito Federal, causando a indisponibilidade de alimentos e remédios ao redor do país, escassez e alta de preços da gasolina. Além disso, várias aulas foram suspensas, a frota de ônibus foi reduzida, voos foram cancelados em várias cidades e grandes quantidades de alimentos foram desperdiçados⁵.
16. O início do governo Jair Bolsonaro repete a taxa de crescimento verificada no biênio anterior, de apenas 1,1% em 2019.
17. E como se comportou o PIB de Rondônia neste mesmo período?
18. No que diz respeito às taxas reais de variação do PIB brasileiro e PIB estadual, é possível afirmar que Rondônia, a partir de 2009, vinha experimentando taxas de crescimento real do PIB maiores que as taxas nacionais, a exceção dos anos de 2013 e 2016, que teve taxa de variação menor que a nacional.
19. Se o reflexo da crise financeira de 2008 foi apenas o de uma “marolinha” para a economia brasileira, pode-se afirmar que Rondônia não sentiu seus efeitos *at all*, e cresceu 7,3% em 2009, muito em função, na verdade, da construção das usinas hidrelétricas no complexo do Rio Madeira, além de preços internacionais das *commodities* ainda em alta.
20. A partir da recessão brasileira inaugurada em 2014, quando o PIB brasileiro ficou quase estagnado (cresceu apenas 0,5%), Rondônia cresceu 3,7% em relação ao ano anterior. Em 2015, a variação negativa do PIB estadual (-3,1%) foi menor do que a variação negativa nacional (-3,8%).

⁵ A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda realizou um estudo e avaliou que o impacto da paralisação dos caminhoneiros, ocorrida por cerca de dez dias no mês de maio, causou um impacto negativo de cerca de 15,9 bilhões, aproximadamente 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

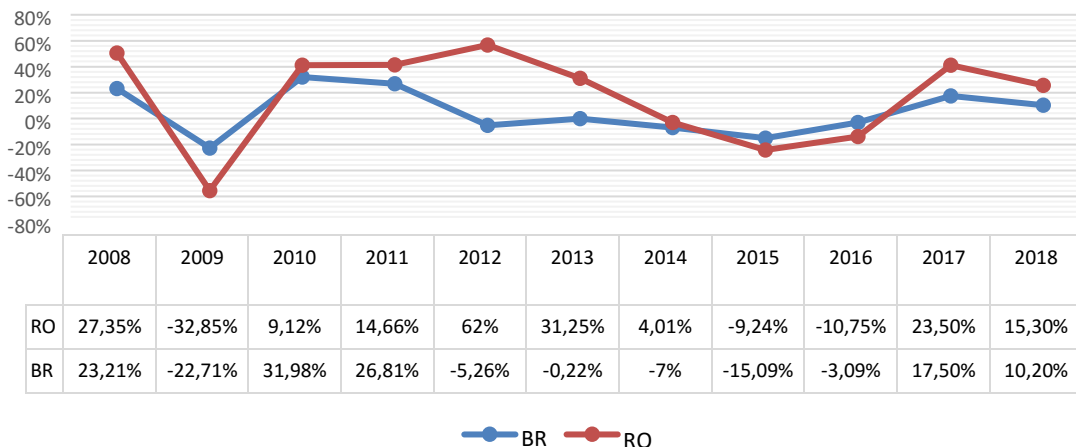


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

21. Contudo, em 2016, houve uma queda acentuada no PIB de Rondônia (-4,2%), maior do que a queda no PIB brasileiro naquele ano (-3,6%).
22. Em 2017 e 2018, se observa recuperação do PIB brasileiro, que voltou a crescer 1% e 1,1%, respectivamente, o que sinaliza que Rondônia também tenha retomado o seu crescimento, tendo em vista o comportamento das receitas de exportações, bem como da receita do principal imposto sobre a atividade econômica, o ICMS (gráfico 6, mais adiante).
23. O gráfico 2 mostra que as exportações do estado voltaram a crescer em 2017 (23,5%) e 2018 (15,3%), depois do período recessivo de 2015-16 (queda de 10% em média), o que indica que o efeito dos dez dias de paralisação dos caminhoneiros não foi muito expressivo para a economia do estado.

Gráfico. 2 - Taxa de Variação das Exportações



24. Verifica-se, pois, uma correlação positiva entre o PIB nacional e o estadual, contudo, nem sempre na mesma magnitude. Isto é, por vezes, a resposta se deu mais em face de questões regionais do que nacionais (caso de 2009-10, em virtude das usinas); às vezes, a economia rondoniense respondeu mais negativamente do que a nacional (2013 e 2016)⁶.
25. O que a narrativa nos mostra é que o PIB rondoniense obedecerá ao comportamento da economia brasileira, sendo mais sensível ao comportamento do desempenho do agronegócio no PIB, em obediência à sua vocação.
26. Em outras palavras, se o Brasil não sentiu os efeitos da crise de 2008, Rondônia também esteve blindada; se a recessão dos anos de 2015-16 foi aguda, em Rondônia também foi; e, quanto à greve dos caminhoneiros de 2018, se o impacto de 0,2% na economia nacional (em apenas dez dias de paralisação) foi inexpressivo no estado, até porque as exportações voltaram a crescer significativamente a partir de 2017, **o potencial dano por**

⁶ Seria necessário aprofundar a análise para pesquisar a razão disto.



conta dos efeitos no agronegócio rondoniense pode ser o mais grave canal de contaminação pra efeito de redução da atividade econômica do estado.

27. As lições a respeito das crises apresentadas servem de alerta para os gestores públicos do estado, sobretudo por meio dos canais de transmissão que a crise provocada pelo coronavírus se propagará. A crise se materializará pelo front externo, através de redução do crescimento da economia global e também doméstico, por meio da queda de confiança, diminuição do investimento e na diminuição na cadeia de suprimentos.

4. PREVISÕES DOS ANALISTAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL

28. Os prognósticos dos analistas, governo e organismos internacionais sobre os efeitos da pandemia do coronavírus são alarmantes. Na última sexta-feira, 22/03/2020, o Ministério da Economia do Brasil já havia revisto sua previsão de crescimento econômico para 2020 de 2,5% para 2,2%, e já existem fontes no governo de que o crescimento será revisto para 0%.

29. O último boletim Focus⁷, que reúne as maiores instituições do mercado financeiro, divulgado no dia 23/03/2020 pelo Banco Central, permanece otimista, apesar da revisão da meta de crescimento do PIB de 2,2% para 1,48%. Já o presidente da XP Investimentos, Guilherme Benchimol, disse que vê um risco de crescimento do desemprego para mais de 40 milhões de brasileiros, catastrófico, e reflete o que alguns analistas internacionais têm defendido: a necessidade de um novo Plano Marshall para o atual momento.

30. O estudo realizado pelo Centro de Macroeconomia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁸, estima que a pandemia pode provocar uma perda de até 4,4% do PIB no Brasil, em seu pior cenário, que ainda faz uma comparação com os impactos causados à economia por crises anteriores, como a de 2008 e a greve dos caminhoneiros em 2018. Em um cenário mais otimista, o estudo prevê que a economia do país fique estagnada, com crescimento próximo a 0%. Considerando um meio-termo, o estudo projeta que o PIB fique negativo em 2,5%.

31. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reviu as estimativas de crescimento da economia mundial de 2,9% para 2,4%⁹. Para o Brasil, a previsão de crescimento do PIB se mantém em 1,7% para este ano. A previsão mais pessimista aponta um crescimento global para 1,5% neste ano, mas isto varia de país para país.

⁷ O Relatório FOCUS (ou Boletim FOCUS) é uma publicação semanal do Banco Central do Brasil, cujo objetivo principal é apresentar as projeções do mercado financeiro em relação aos agregados macroeconômicos, tais como PIB, inflação, balança comercial, câmbio, dentre outros.

⁸ Disponível em <https://cemap.fgv.br/pt-br/node/265>

⁹ Disponível em <http://www.oecd.org/economic-outlook/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

32. O Fundo Monetário Internacional (FMI) previu que a recessão da economia mundial deverá ser maior do que a verificada em 2008, retraindo até 1,5%, em virtude das economias emergentes (China e Índia) não estarem crescendo como na década passada, colocando suas linhas de crédito à disposição para os países¹⁰.

33. Diante disso, tal como Ásia, Europa e EUA, o governo tomou algumas medidas de estímulo à economia. Segundo o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, até R\$ 83,4 bilhões serão aplicados em ações para a população mais vulnerável, até R\$ 59,4 bilhões para a manutenção de empregos e pelo menos R\$ 4,5 bilhões para o combate direto à pandemia.

34. Além disso, o BNDES liberou outros R\$ 55 bilhões com o intuito de mitigar os efeitos da crise do Covid-19. O Banco Central (BC) anunciou novas medidas no último dia 23/03 que liberam R\$ 1,2 trilhão em liquidez no mercado para mitigar os efeitos econômicos do coronavírus. Ou seja, os bancos aumentam a capacidade de emprestar dinheiro e irrigar a economia.

35. Nesse contexto, os cenários apontados não são nem um pouco otimistas, mas os países já vêm tomando medidas de estímulo, a fim de injetar liquidez na economia.

36. Mas o que esperar do comportamento da receita pública? Mais uma vez, recorre-se às lições do passado recente, a fim de lançar luz às possibilidades financeiras do estado de Rondônia.

5. COMPORTAMENTO DA RECEITA NAS CRISES

37. No gráfico 3, identifica-se a arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil desde 2008. É de se esperar que a arrecadação siga o padrão da atividade econômica, pois a correlação é positiva, ou seja, as duas variáveis seguem o mesmo sentido, mas é incerto a elasticidade da receita em relação ao PIB¹⁰.

38. Mais uma vez, percebe-se três momentos distintos: (1) a crise de 2008 e o subsequente período de crescimento da receita; (2) a queda brusca da arrecadação no período da crise político-econômica, que culmina na recessão da economia brasileira nos anos 2014-16; e (3) a retomada do crescimento da receita em meados do governo Temer (2017), pós-greve dos caminhoneiros.

¹⁰ No geral, a elasticidade da receita em relação ao PIB significa como a receita se comporta quando o PIB nominal aumenta em 1%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

Gráfico 3 – Desempenho da Arrecadação Federal a partir de 2008



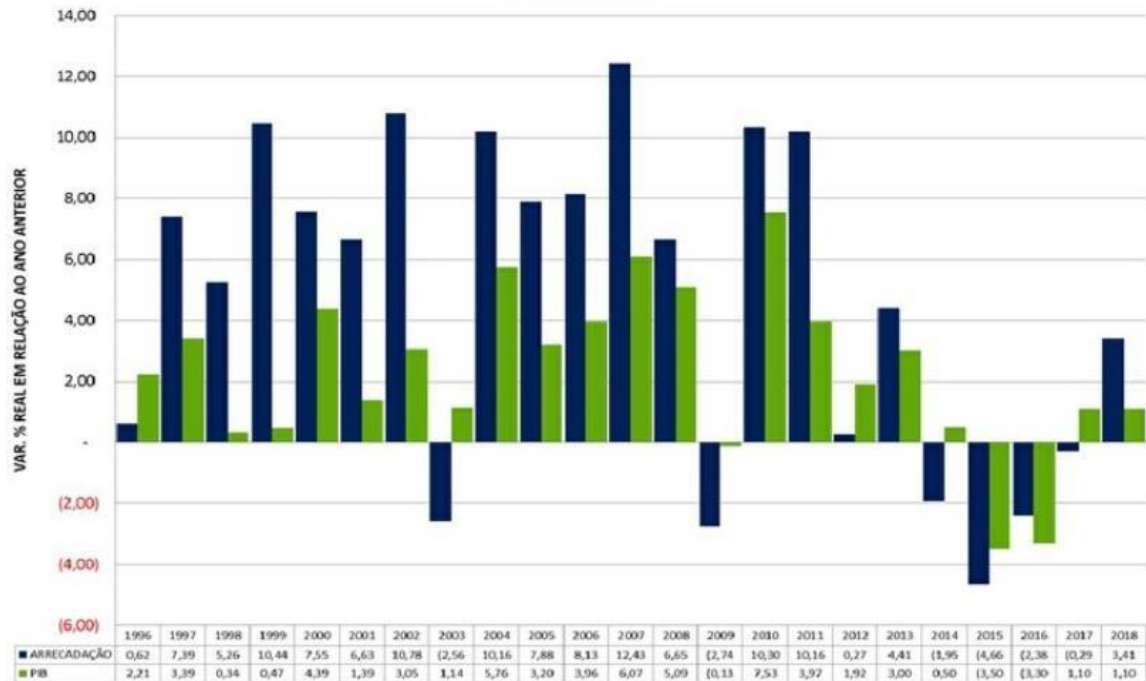
Fonte: RFB

39. É nítido que os efeitos da crise financeira da década passada não atingiram sobremaneira a arrecadação federal. A queda verificada em 2009 foi de 2,74%, de acordo com o gráfico 4.
40. Anulados os efeitos da crise, a receita pública federal tem trajetória de crescimento acentuada até o início da crise político-econômica em 2014, em que são verificados mergulhos na capacidade arrecadatória do governo de (-4,66%) em 2015 e (-2,38%) em 2016.
41. Em 2017 há um ponto de inflexão, mas a receita pública federal ainda apresenta taxa negativa (-0,29%), em virtude da greve dos caminhoneiros, e a recuperação da arrecadação só se dá em 2018, quando cresce 3,41% em termos reais.



Gráfico 4 – Variação % Real da Arrecadação Federal – 1996/2018

VARIAÇÃO % REAL DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB X VARIAÇÃO % REAL DO PIB
PERÍODO: 1996 A 2018



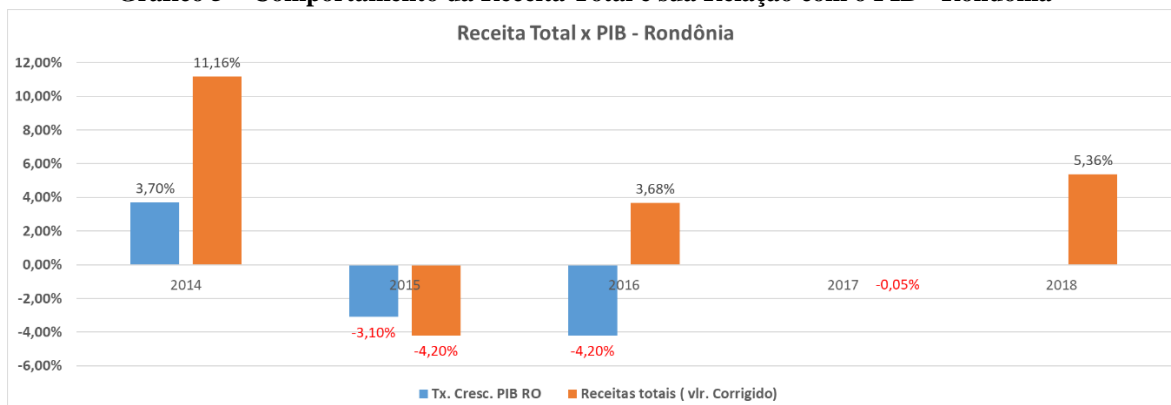
42. O estudo acerca da arrecadação federal é de suma importância, em virtude dos repasses aos estados e municípios, por meio do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), que tem mandamento constitucional. O que se identifica é que a recessão econômica (front doméstico) teve efeitos mais severos que do que a crise de 2008 (front externo).
43. Cabe indagar como se comportou a receita estadual nas crises anteriores e de sua relação com o PIB?
44. Frise-se que, por limitação temporal e ausência de informações no Portal de Transparência do governo do estado de Rondônia, a análise do desempenho da arrecadação estadual nesse período ficou prejudicada, de forma que o horizonte temporal analisado é o de 2014-18.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

Gráfico 5 – Comportamento da Receita Total e sua Relação com o PIB - Rondônia



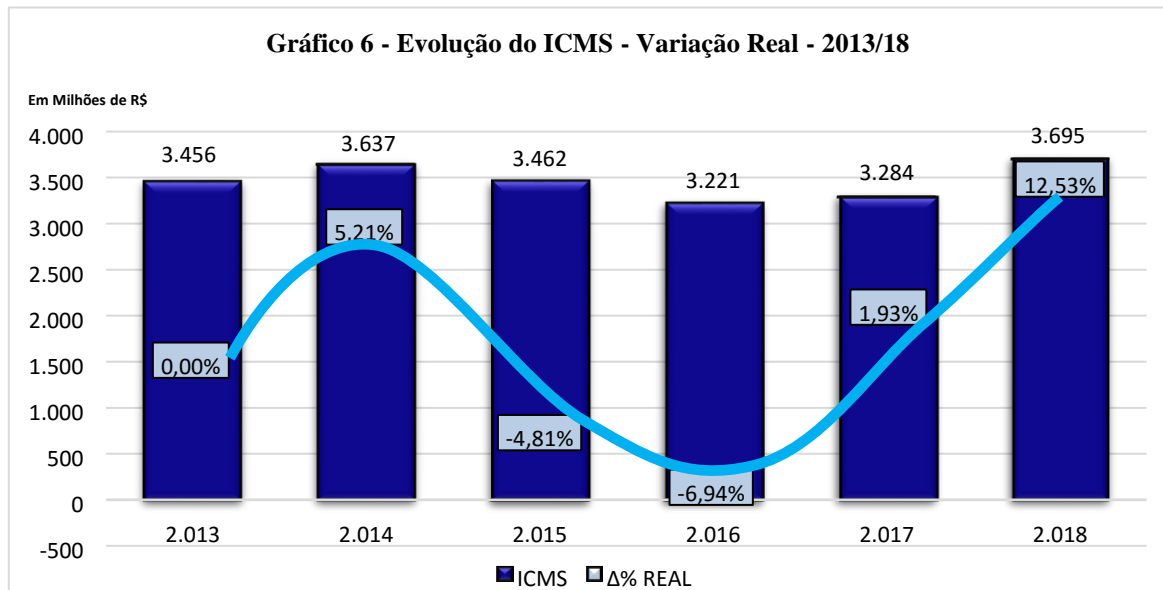
45. Ao analisar a receita total do estado de Rondônia, observa-se um padrão inesperado em alguns anos, como, por exemplo, 2014 e 2016. Em 2014, a receita cresce 11,16%, muito mais do que o PIB de Rondônia (3,7%). Já em 2016, em plena crise recessiva da economia brasileira e local, a receita estadual cresce 3,68%¹¹ (já considerado o expurgo de R\$ 274 milhões da repatriação dos ativos, num acordo que envolveu a União e demais entes federados).

46. Nos demais anos, a receita total segue a correlação esperada, voltando a crescer mais de 5% em 2018 (*proxy* para o crescimento econômico do estado no mesmo período).

47. Mas o que aconteceu com o ICMS e Fundo de Participação dos Estados (FPE), que representam majoritariamente, que tem peso expressivo na receita total (63% em 2018)?

48. É de se esperar que acompanhem a atividade econômica. O ICMS segue a retração econômica brasileira e local, registrando uma mínima histórica de quase 7% e, a partir de 2017, cresce à taxa positiva de 2% e, em 2018, a expressivos 12,5%.

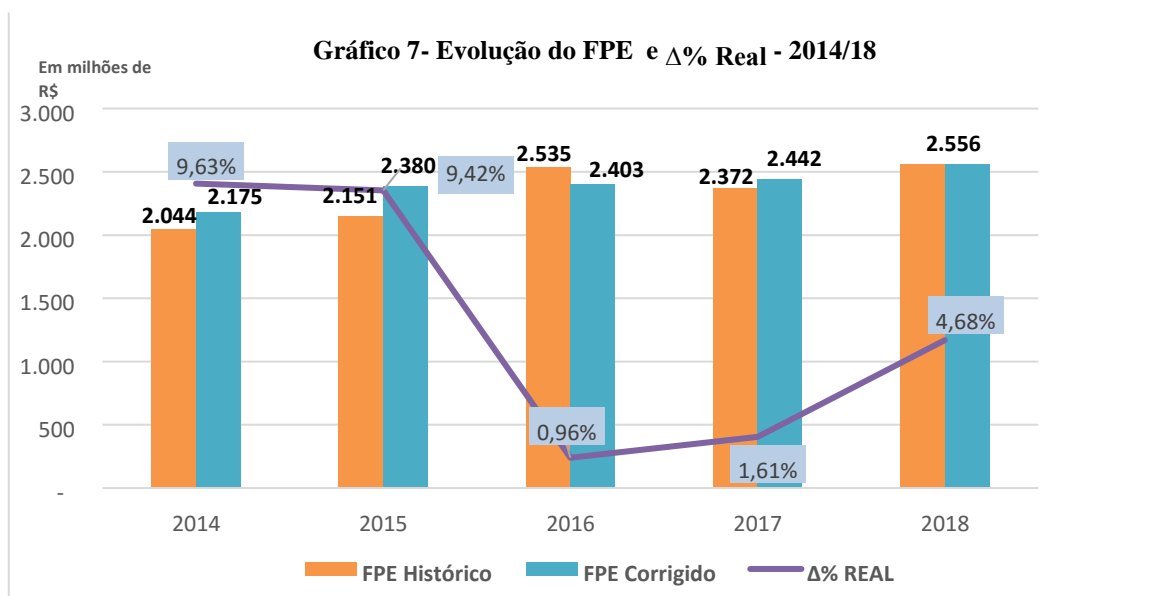
¹¹ Seria necessário aprofundar a análise para pesquisar a razão disto.



49. Quanto ao FPE, sua composição está ligada à arrecadação federal, cujo desempenho foi verificado no gráfico 3. Porém, é inusitada a resposta do FPE em Rondônia nos anos da crise recessiva de 2014-16.

50. Por meio do gráfico 7, constata-se uma taxa de crescimento em relação ao ano anterior de aproximados 9,5% em 2014-15 e de 1% em 2016 (já com o expurgo da repatriação, explicado antes).

51. Em 2017, a taxa se aproxima de 1,5% e em 2018 se enquadra perto de 4,5%.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

52. O que se percebe com respeito ao comportamento das receitas em Rondônia é que ela é, por vezes, errática (exceção ICMS). Isto é, quando se espera que determinada receita apresente um determinado padrão de comportamento, com base na teoria, ela viola a hipótese aguardada e deixa uma grande interrogação, como é o caso do FPE.

53. Diante de tais comportamentos, o que esperar da performance da receita estadual neste novo período de crise, sobretudo do ICMS e do FPE? Em outras palavras, qual é a perda esperada principalmente para estas duas contas? Ou que intervalo percentual de perda pode se admitir, considerando o que a história sugere? Este exercício é deveras difícil, e mesmo que se desenvolva um complexo modelo econométrico, ainda assim a previsão pode ser frustrante.

54. Abaixo, na tabela 1, a SEFIN/RO procura responder a estes questionamentos. Em síntese, apresenta o cenário com e sem coronavírus, fazendo um comparativo em relação a 2019 e à perda esperada em relação a 2020. Primeiro, no entanto, apresenta uma elevada expectativa referente à receita de impostos, de 13,76% frente a 2019.

Tabela 1 – Estimativa da Receita de Impostos – SEFIN/RO

RECEITA	2019 (a)	2020 sem Corona (b)	2020 com corona (c)	b/a
ICMS	4.086.039.071	4.635.397.834	4.148.688.014	13,44%
IPVA	324.392.056	383.415.493	332.751.359	18,20%
ITCD	16.154.932	16.760.810	16.224.508	3,75%
Receita Impostos	4.426.586.059	5.035.574.137	4.497.663.881	13,76%

Fonte: SEFIN/RO

55. Quando se trata das perdas esperadas da arrecadação de impostos, a SEFIN estima na ordem de R\$ 70 milhões, uma retração frente ao ano de 2019. Quanto à expectativa inicial (sem coronavírus), a perda esperada é de R\$ 538 milhões. Esta cifra já era consideravelmente alta (13,76%), de forma que este número não é real, mas apenas expectativa.

Tabela 2 – Perdas estimadas na Arrecadação de Impostos

RECEITA	Perda em relação a 2019	%	Perda em relação à expectativa 2020	%
ICMS	62.648.943	1,53%	486.709.820	10,50%
IPVA	8.359.304	2,58%	50.664.135	13,21%
ITCD	69.577	0,43%	536.302	3,20%
Receita de Impostos	71.077.824	1,61%	537.910.257	10,68%

Fonte: SEFIN/RO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

56. Considerando que em 2016, o ICMS recuou quase 7% (gráfico 6), a estimativa da SEFIN, com respeito à perda da arrecadação, é até tímida. Num cenário mais sombrio, aplicando os mesmos 7% do passado com relação ao ocorrido em 2019, a perda para o ICMS seria em torno de R\$ 285 milhões, o que é perfeitamente factível de acontecer.
57. O fisco estadual ainda faz outra estimativa de perdas para os próximos três meses, considerando inclusive a receita do FPE (tabela 3), chegando a uma cifra de R\$ 350 milhões. Tal estimativa já considera o cenário de 2020 com o coronavírus, e, pelos números apresentados, a arrecadação reagiria a partir de agosto/20, fechando o ano com um déficit na arrecadação dos impostos estaduais, na ordem de R\$ 70 milhões, conforme apresentado na tabela 2.
58. Não se tem a perspectiva para a receita das transferências voluntárias, leia-se, FPE.

Tabela 3 – Estimativa de Perda na Arrecadação em Rondônia – 3 meses

Mês	Arrec. Própria	FPE/Royalties	Total
Abr -	-54.195.164	-40.144.566	-94.339.730
Mai -	-94.286.719	-69.842.014	-164.128.733
Jun	-52.554.826	-38.929.500	-91.484.326
Total -	-201.036.709	-148.916.080	-349.952.789

Fonte: SEFIN/RO

6. CONCLUSÃO

59. O exercício da previsibilidade não é trivial, e qualquer estimativa realizada hoje pode ser frustrada em vistas de nova informação no dia seguinte. Contudo, o que fica de lição é que a crise impactará gravemente a economia brasileira e rondoniense, a qual sentirá seus efeitos através dos dois canais de transmissão, o choque externo e doméstico.
60. Quanto ao choque externo, a retração da economia mundial e consequente redução da demanda global por *commodities* brasileiras, chegarão a Rondônia. Isso porque além do ambiente econômico brasileiro de 2008 ser melhor do que o atual (melhor situação macroeconômica), os termos de troca com relação às *commodities* eram melhores e Rondônia, naquela ocasião, era palco da construção de duas hidrelétricas.
61. Quanto ao canal de propagação interno da crise, a greve dos caminhoneiros pode servir de exemplo, no qual há queda da confiança e do investimento, aumento expressivo do desemprego, além da diminuição na cadeia de suprimentos.
62. Os efeitos sobre a arrecadação são óbvios. A SEFIN projeta um cenário de perdas em torno de R\$ 350 milhões nos próximos três meses, mas estima uma recuperação até o final do ano (após pico da crise do Covid-19 em Rondônia), cravando perdas próximas a R\$ 70 milhões, apenas no que se refere aos impostos estaduais (queda de 1,61% frente a 2019).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

63. Considerando que na recessão que atingiu Rondônia em 2015-16 o ICMS retraiu 7%, é possível que as perdas sejam superiores a R\$ 300 milhões em 2020, isto sem citar o comportamento das transferências da União.
64. Tal cenário exige que os gestores públicos ajam de imediato, pensando em ações voltadas ao aquecimento da economia, de proteção social ao trabalhador de baixa renda, à população mais vulnerável, e, mais do que nunca, que tenham um plano de ação voltado à solvência financeira do estado, para que Rondônia não entre num desequilíbrio fiscal irreversível.
65. Neste momento, a coordenação e cooperação entre os órgãos do governo devem ser firmes, a fim de que, materializado o cenário mais severo, a unidade do governo, protagonizada pelos seus líderes, possa garantir que a saúde financeira do estado possa ser preservada, de maneira a assegurar o bem-estar de sua população.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

Composição

PAULO CURI NETO

Presidente

BENEDITO ANTÔNIO ALVES

Vice-Presidente

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO

Corregedor

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

Presidente da 1ª Câmara

EDILSON DE SOUSA SILVA

Presidente da 2ª Câmara

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

Ouvidor

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

Presidente da Escola Superior de Contas

OMAR PIRES DIAS

Conselheiro Substituto

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA

Conselheiro Substituto

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

Conselheiro Substituto

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

ERNESTO TAVARES VICTORIA

Corregedor-Geral do Ministério Público de Contas

ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA

Procuradora

YVONETE FONTINELLE DE MELO

Procuradora



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Controle Externo – SGCE

Coordenação

Secretaria-Geral de Controle Externo-SGCE

MARCUS CÉZAR SANTOS PINTO FILHO

Secretário-Geral de Controle Externo

FRANCISCO BARBOSA RODRIGUES

Secretário Adjunto de Controle Externo

ELABORAÇÃO

BRUNO BOTELHO PIANA

Coordenador da Coordenadoria Especializada em Políticas Públicas

REVISÃO

FRANCISCO REGIS XIMENES DE ALMEIDA

Assessor Técnico da SGCE

SANTA SPAGNOL

Assessora Técnica da SGCE